

Aula Inaugural^(*)

DR. JOÃO OTÁVIO LÔBO

Prof. Cat. de Medicina Legal

A Congregação da Faculdade de Direito da Universidade do Ceará cometeu ao professor de Medicina Legal o encargo de ministrar esta aula, no início do ano letivo. Aula de Sapiência, como lhe chama o costume universitário, que assenta bem à cultura de muitos, proferi-la entre mestres de Direito parece-me pretensão sem igual. Fiquemos, com esta aula simples, ou melhor, com uma simples palestra.

Os moços que iniciam o curso jurídico nesta Faculdade trazem, por certo, no espírito e no coração, a mensagem que lhes é própria da idade: a curiosidade de saber e a vontade aberta à orientação dos mestres que lhes tracem rumos à vida.

Vêm êles carregados das vibrações dêste século trepidante que bole com o átomo e atira no espaço satélites artificiais. Como a mocidade do passado, em cada época, esta traz também o signo de seu tempo.

Quem, emergindo do comêço desta era, salvando as grandes guerras mundiais, atinja a tona dos dias correntes, pode avaliar, refletindo e comparando, a desproporção do progresso material entre êsses lapsos da civilização. Do cinema à radiodifusão. do antibiótico à cibearrética, da velocidade ultra-sônica aos asteróides artificiais, criou-se um clima de que não há notícia no planeta. E a máquina, que tudo supre, vai quase libertando o homem do preceito bíblico de comer o pão com o suor do rosto.

(*) Aula de sapiência proferida na data de abertura do ano letivo de 1958.

Nesse ambiente, sobram estímulos, e a mocidade não sabe decidir-se por caminho seguro ante um sem conto de solicitações nem sempre saudáveis ao corpo e ao espírito. A atitude psicológica dos jovens, motivada diversamente por centros de interesses, tão diferentes, que operam à moda de reflexos condicionados, é a tradução mesma da cultura da época.

Essa atitude não deve desencantar, pois, os ortodoxos remanescentes da velha cultura.

A dinâmica social, no complexo de sua fenomenologia, expressa fielmente o conjunto de fatores que atuam em dado momento.

Explica-se, desta maneira, que, no mundo atual, fustigado por tantos incentivos, novos aspectos da vida surjam, novas relações sociais se enlacem, novas necessidades de grupo apareçam, novos anseios palpitem. A vida é movimento, e o que se não transforma, arcaíza-se. Institutos jurídicos, princípios cristalizados em lei, normas sofrem a influência do fato social, a pressão do *modus vivendi* do grupo, e se adaptam, e se humanizam, e se renovam.

É assim que vem brotando do *velho tronco* do Direito Civil o Direito do Trabalho. Assim é que vão criando elasticidade, para se harmonizarem com a nova ordem social, institutos que pareciam talhados no bronze para a eternidade dos tempos.

* * *

O Direito, em si, o Direito puro, o de conceituação filosófica, é, segundo Leibnitz, o *poder moral*, como o dever é a *necessidade moral*.

O seu fundamento é o ideal do *bem e do honesto*, o que é conforme à natureza racional e à ordem essencial das coisas. A sua condição precípua é o ideal do justo, afirma o filósofo de Hipona: *ubi non est justitia, ibi non potest esse jus*. Esse Direito que, no plano metafísico, é, na definição de Pontes de Miranda, mostra-nos algo de inviolável, absoluto e universal.

O Direito arte, *ars boni et aequi*, dos romanos, o Direito aplicado, o Direito positivo que *se define pela intervenção dos legisladores* — êsse sofre as modificações que lhe informa o perpassar dos tempos.

De há muito, êsse fenômeno se vem acentuando, desde quando, na liberal democracia, o consenso dos juristas começou a sentir que a ausência do Estado, da coisa pública, era falta de freio à ganância sem limites de monopólios econômicos. A êsse respeito, opina Orlando Gomes, *o atraso do Direito é um fato que vem sendo assinalado há cinquenta anos por eminentes juristas do Ocidente. No começo dêste século enigmático, acreditava-se que entraria de logo em uma nova fase e, pela voz melodiosa de Cimbali, sua transformação foi anunciada como acontecimento inelutável.* O Código de Napoleão, de 1804, monumento Jurídico que definiu uma época, foi considerado pelos juristas do momento, segundo Gaston Morin, *como um livro que revelava o justo definitivo para os homens de todos os tempos e de todos os quadrantes.*

Mas, no correr dos anos, "Josserard, um pioneiro da nova ordem jurídica, compassando com os olhos o corpo mutilado da criatura napoleônica, exclamava, com indulgência: *Não é mais o Código de 1804 que nos rege, mas, sim, o Código do ano da graça de 1931*" (O. Gomes).

Não maravilha, assim, que a era da produção em massa e da distribuição em massa vá engendrando uma nova civilização em que surgem novos problemas, em que reis da economia têm criado novas dinastias, em que novos impérios se têm edificado mediante a concentração do poder sobre os meios materiais de produção, em que nem mesmo os ricos honrados e conscientes de seus deveres para com a humanidade sabem qual é o seu lugar na nova sociedade. (Roosevelt, apud O. Gomes).

Vivemos um período de transição.

O sociólogo, como o nauta que ora navega mar sereno, ora águas tormentosas, pressente os sinais do tempo. Quando, na

opinião pública, começam a subir bem alto ondas de reivindicações coletivas, e toda a massa se agita, e dos estratos populares, onde se comprime a miséria dos fracos, se ouvem rebôos de vagas oceânicas, quando o arruído que se escuta na esfera dos que pensam, dos que cooperam, dos que produzem é estrondo de vagas ao encontro de paredes de pedra, então o sociólogo, como o nauta, percebe que vai singrando em mares de tormenta. Nessas fases de agitação, em que os espíritos se encrespam, qual lago em tempestade, não pode haver nem serenidade, nem segurança, nem paz.

É o domínio da intranqüilidade.

É o reinado da insatisfação.

Invertem-se os valores e desaparece a elegância moral, na proporção das linhas, como nas imagens que a refração de certos vidros deforma e degrada.

É mister que a mocidade universitária atente na paisagem do presente. Que repare no cenário em que a inflação se enfuna, e onde a corrida para propaganda, para o cartaz, para o sucesso, para aventuras é teatro de lutas, de vitórias e de fracassos, de recalques, de frustrações. Esse é o panorama em que sobressaem os que a moderna literatura psiquiátrica qualifica de neuróticos, desajustados emocionais, imaturos afetivos.

Na classificação das oligofrenias, há uma zona lindeira da normalidade psíquica, em que se agrupam os débeis mentais. Esses indivíduos, cujo cociente intelectual está pouco abaixo do comum, passam despercebidos, no meio social.

Mas toda a vez que se lhes deparam situação fora da rotina ou problemas que se resolvem com ato de abstração, eles são incapazes de atitude que lhes oriente a conduta, ou de solução que lhes contorne a dificuldade. Atestam as estatísticas, pelos modernos testes mentais, que grande é o número de fracos de espírito no campo das atividades, mesmo em postos de relêvo, onde deixam traços de sua passagem. Afortunadamente, numerosos embora sejam esses pobres de mente, *numerus stultorum infinitus est*, não perturbam, em essência, o equilíbrio social.

Mas os que em quantidade não se contam, os imaturos e neuróticos — essa casta de doentes, gerada dos conflitos do lar e do meio social, os quais se frustram e desajustam, longe da realidade da vida, fugitivos do presente e refugiados em primitivos sentimentos infantis, êsses, positivamente, transtornam a harmonia do grupo.

Pode parecer fato de somenos importância a observadores superficiais. Contudo, a psicólogos e a psiquiatras apresenta-se digno de estudos e requer medidas profiláticas. Brown, em sua *Patologia Social*, e James Halliday, em sua *Medicina Psico-social — Um Estudo Sobre a Sociedade Doente* — focalizam o problema debaixo de vários aspectos.

Harry Oversteet, no prefácio de interessante livro — “A Maturidade Mental”, assim se expressa:

“A humanidade, escreveu Alfred North Whitehead, encontra-se agora numa de suas raras disposições de mudar sua perspectiva. A simples compulsão da tradição perdeu a sua força. Compete aos filósofos, estudiosos e homens práticos recriar e reimpôr uma visão do mundo, conservadora e radical, incluindo os elementos de reverência e ordem, sem os quais a sociedade se afunda em distúrbios — uma visão cada vez mais permeada de inabalável racionalidade”. E acrescenta que “a recriação e reimposição dessa visão centraliza-se na madureza mental, emocional e social do homem. À medida que esta concepção penetra em nossa consciência comum, auxilia-nos a compreender as forças que criaram nossas vicissitudes, aproximando-nos da destruição e fornece-nos o processo para a nossa possível emersão do caos”.

Tão complexo é o problema e de ressonância econômica tão profunda que talvez fôra mister, à luz da psicologia dinâmica, fazer a revisão dos métodos pedagógicos atuais. Pois, realmente, não é nem na escola, nem no colégio e nem nas Universidades que se plasma a personalidade. No seio da família, aí, sim, é que se recebe a fôrma da individualidade, e onde se gera o embrião da neurose e os primeiros desajustamentos se esboçam. O lar que se desintegra é, em verdade, a matriz de desvios da afetividade.

A educação mal orientada imprime na personalidade, em formação, mossas indeléveis.

Desta maneira, é difícil tarefa aos responsáveis pela educação, no exercício do magistério, em qualquer grau de ensino, infundir, no espírito desses educandos, princípios de moral comum, que lhes são inassimiláveis por deformação da personalidade. Em país de alta cultura, supre-se a falta, ao encaminhar esses doentes às clínicas de conduta — veros estágios de readaptação social.

Que falem os Códigos, tão deficientes na solução, de per si, das questões relativas à infância órfã, à infância abandonada. E mais abandonada e órfã é, de fato, essa de pais neuróticos e ricos até, cujos complexos transfiguram a formação moral de gerações. Magno problema de medicina social a que o Estado não pode ficar ausente.

* * *

Quis delinear aos estudantes universitários este quadro, que é simples esboço do panorama de nossos dias: bosquejo que lembra uma dessas arrojadas telas de arte moderna, onde a vista se atrapalha no confuso das formas, ou uma caricatura em que o artista se esmera em dar relêvo a defeitos que ressaltam, deixando, no apagado, os traços do normal. Desejei dar ênfase aos surtos do progresso material, em contraste com a marginalidade de autênticos valores e de altos padrões de moralidade.

Percebem logo os jovens, como é desmaiada, nesse debuxo, a noção de responsabilidade e imprecisa a consciência de deveres. E como é berrante o contraste entre o incremento do progresso vegetativo e a míngua de reservas morais, e de respeitabilidade de líderes, e de responsabilidade de homens públicos, em uma palavra, de moralidade.

A fonte que alimenta o patrimônio da nação é a educação moral da juventude.

Por esse patrimônio, jovens estudantes, sois os responsáveis.

* * *

Lembra-me, a esta altura, o episódio em que Vergílio imortalizou, na Eneida, a morte do filho de Otávia, o jovem Marcelo.

Chorou Roma aquela mocidade que era a esperança do Império.

*Heu, miserande puer, si qua fata aspera rumpas
Tu Marcellus eris.*

O herói do VI Canto da Eneida é um símbolo.

O que o gênio de Mântua quisera deplorar, em seus versos imortais, não fôra a morte do filho de Otávia, moço de 18 anos apenas, senão, cantar, chorando, a decadência da mocidade de Roma, esperança do Império...

Repete-se, hoje, que esta Civilização que teve o berço no Lácio está em decadência. E o pessimismo indígena responde, em eco: Caminhamos à beira do abismo.

Não creio. Não é exato.

Pura mentira.

Apelo para vós, universitários do Ceará.

Vêde: Desce das montanhas um fio d'água. E chega ao vale e vai crescendo e se avolumando em caudal. Banhando vilarejos e cidades, vai-se poluindo das escórias que lhe toldam as águas.

E vai correndo, dorso revôlto ao sol e ao ar, no tumulto interior de suas maretas, onde reações o expurgam de impureza, até que, mais além, a torrente é tão cristalina como o fio que desceu das alturas.

A mocidade é água corrente que se depura no estuário das escolas.

Água lustral, limpará as manchas da nação e fará surgir, do deserto de homens, exércitos de cidadãos.